

■ POLÍTICA

Cassação de Estevão mexe com equilíbrio do Senado

ACM e Jader estiveram, mais uma vez, em lados opostos no processo que selou o destino do mandato do ex-senador pelo PMDB

Anamaria Rossi, João Domingos e
Sérgio Prado
de Brasília

A cassação do mandato de Luiz Estevão por mais de três quintos dos votos dos senadores tem reflexo imediato no futuro no Senado Federal e no equilíbrio das forças que dão as cartas na Casa. O presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi amplamente vitorioso na disputa com o presidente do PMDB e líder do partido, Jader Barbalho (PA), que tem a pretensão de sucedê-lo. Com Jader enfraquecido pelo apoio a Estevão, Antonio Carlos passa a ter todas as condições de fazer o seu sucessor, mesmo que seja de outro partido. Garfina força a candidatura do ex-presidente José Sarney à presidência do Senado, pelo próprio PMDB.

Está agora nas mãos do juiz Ronaldo Desterro, da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, o destino do ex-senador peemedebista. Algumas horas depois de anunciado o resultado da votação, nove procuradores federais pediram a prisão preventiva do dono do grupo OK. Os integrantes do Ministério Público entendem que Estevão cometeu crime contra o sistema financeiro, coação a testemunhas e ameaça de dano à ordem



Antonio Carlos Magalhães

pública, com base em processo relativo ao Consórcio OK-Planalto. E alegam “risco de fuga” como mais um motivo para sua detenção imediata. O juiz avalia os 13 volumes do processo e deve se pronunciar hoje sobre o pedido de prisão.

Em sessão secreta, ocorrida em clima de velório — de acordo com relatos de vários senadores —, Estevão teve seu mandato cassado por votos de 52 parlamentares. Dezoito votaram pela permanência dele e dez se abstiveram. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) foi o único ausente no plenário.

Com a cassação, Estevão perde a

imunidade parlamentar, seis anos e meio de mandato e tem os direitos políticos suspensos por mais oito anos. Ele só poderá voltar a disputar uma eleição em 2014.

A cadeira pertencente ao Distrito Federal no Senado vai ser ocupada pelo suplente Valmir Amaral (PTB). Dono do Grupo Amaral, o empresário comanda oito empresas de transporte terrestre, a Esat Aerotáxi, Esave Veículos e Locadora. Seu passado político não vai além da vice-presidência da Associação Comercial e Industrial de Sobradinho, uma das cidades-satélites do DF. Amaral jamais ocupou um cargo público e ganhou a vaga de suplente graças à contribuição financeira para a campanha do governador Joaquim Roriz (PMDB). Ele será convocado a assumir a vaga em agosto.

Estevão dispensou a banca de advogados de defesa, comandada por Felipe Amodeo, e usou a tribuna por uma hora e meia para defender-se. Não apresentou nenhum argumento novo. Fez um discurso técnico no início, projetando slides e lendo pareceres de juristas sobre a autenticidade dos documentos com os quais se defendeu. Em seguida, adotou um tom mais emocional. Disse que a cassação era o fim de sua vida po-

lítica, familiar e empresarial. “Quero que vocês me julguem como gostariam de ser julgados. Não quero a compaixão de ninguém. A não cassação não significa uma anistia. Quero apenas que deixem que a Justiça me julgue”, teria pedido Estevão, segundo relatos de senadores.

Seis senadores discursaram contra Estevão, todos da oposição. O único a defendê-lo foi Ernandes Amorim (PPB-RO), que acabou provocando a ira do senador Saturnino Braga (PSB-RJ). Dedo em riste, Saturnino reagiu aos panos quentes que Amorim queria colocar na questão. “O senhor não pode dizer que todo mundo aqui tem o rabo preso, a maioria dos senadores é de homens dignos”, bradou Saturnino. O presidente do Senado interveio para acalmar os ânimos.

O único peemedebista a discursar foi o líder do partido, Jader Barbalho. Mas não defendeu Estevão. Usou a tribuna para dizer à sua bancada que não havia orientação de voto, cada um votasse conforme sua consciência. Depois de proclamado o placar da votação, Jader juntou-se

a Estevão, que aguardava a sentença sozinho, na última cadeira da última fila do plenário. Casildo Maldaner (PMDB-SC) completou o grupo.

Estevão deixou o plenário de cabeça erguida, e foi seguido pelos corredores até o seu gabinete por uma multidão de jornalistas, cinegrafistas e assessores que atropelaram tudo o que havia pela frente.

O senador não deu entrevistas. Quando deixou o gabinete e foi para casa, seguido por policiais federais, os funcionários já começavam a esvaziar as gavetas e retirar das paredes os quadros com fotos de Estevão nos braços do povo de Brasília. Do lado de fora, um grupo de manifestantes disparava fogos de artifício comemorando a cassação.

“O Senado sofreu bastante, mas escolheu certo: ficou com a ética, com a decência, com a cassação”, avaliou o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. Ele entende que a decisão do Senado é um exemplo para o Judiciário. “Tendo surgido o nome de um senador na CPI, punimos. Que eles façam o mesmo com

seus juízes.” Ele se declarou satisfeito com o resultado da votação.

Parlamentares como Pedro Simon (PMDB-RS) e José Eduardo Dutra (PT-SE) entendem que o maior vencedor ontem foi o Legislativo. “Fortalece sem dúvida a Casa”, argumenta o senador gaúcho. Para ele, cabe ao Judiciário dar continuidade ao processo: “o Congresso cassou o senador, já cassou deputado, mas o Brasil continua sendo o país da impunidade”, disse Simon. “Enquanto a Justiça não botar os importantes na cadeia, enquanto empresários e até políticos importantes não forem condenados lá no Supremo, vai continuar assim.”

O petista José Eduardo Dutra, um dos responsáveis pelo aprofundamento das investigações sobre Estevão durante a CPI do Judiciário, acredita que a decisão do Senado “reforça a crença da população e dos políticos nas instituições democráticas”. Segundo ele, rompe-se no Senado uma “má tradição corporativista”.

Jader Barbalho não acredita que a cassação de um peemedebista arranje a imagem do PMDB. “Não se pode confundir uma acusação pessoal a um integrante do partido com todo o partido. Como não posso estender a moto-serra do Hildebrando Pascoal à cúpula do PFL”, disse.

“Quero que vocês me julguem como gostariam de ser julgados”, defendeu-se na tribuna o senador Luiz Estevão